

CONFORMISMO E RESISTÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS DAS OCUPAÇÕES DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

Conformism and resistance in the collective actions of Curitiba's Industrial District Urban Occupations

Aline Sanches

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), São Paulo, SP, Brasil

Simone Polli

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, PR, Brasil

Carolina Gama

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, PR, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 07/10/2023

Aceito em 30/10/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p225-244>

Copyright (c) 2023 Aline Sanches, Simone Polli, Carolina Gama



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

SANCHES, Aline; POLLI, Simone; GAMA, Carolina.

Conformismo e resistência nas ações coletivas das ocupações da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.

Salvador/Recife, v. 48, n. 260, p. 225-244, maio/ago.

2023. DOI: [https://doi.org/10.25247/2447-](https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p225-244)

[861X.2023.n259.p225-244](https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p225-244).

Resumo

Este artigo discute o tema da informalidade e os agenciamentos na periferia. Seu objetivo é analisar como as práticas e atuação das entidades de apoio, associações locais, e o poder público contribuem para a reprodução da vida e/ou o direito à cidade nas ocupações urbanas do bairro Cidade Industrial de Curitiba. Foram escolhidos dois momentos críticos para análise: a reconstrução após um incêndio e a pandemia de Covid-19. E definiu-se atores chave que atuaram nestes momentos. A reflexão teórica aponta para uma mudança necessária na forma de pensar a periferia, territórios sujeitos a diversos agenciamentos e influências. Discute como a indeterminação da vida e o direito à cidade se realiza a partir da produção do espaço periférico, nas fronteiras entre o legal e ilegal. Como estudo empírico, foram analisadas as ocupações da CIC a partir das precariedades e de manifestações de resistência. A partir dos relatos são analisados o direito à cidade e os entraves da propriedade da terra, e as insurgências no cotidiano. As ações podem indicar objetivos de transformação social ao mesmo tempo em que a noção dos direitos se esvai. As práticas se estabelecem ao longo do tempo, numa relação ambígua entre conformismo e resistência.

Palavras-chave: Ocupações urbanas. Conformismo. Resistência. Direito à cidade.

Abstract

This essay addresses informality and administration practices on the periphery. It aims to analyze how the activities and actions of outside entities, mobilized local associations and public authorities contribute to the reproduction of life and/or the promotion of the right to the city in urban occupations of the Cidade Industrial district of Curitiba (CIC). Two critical moments were analyzed: the occupation's reconstruction after a fire and the Covid-19 pandemic. Key agents from those moments were defined. Theoretical deliberation leads to a necessary change in the way the periphery is approached, as they are territories bound to different administration practices and influences. It discusses how the indeterminacy of life and the right to the city ensue from the production of the space on the periphery, the borders between legal and illegal. As the empiric investigation, the CIC was analyzed, as were demonstrations of resistance. The reports brought to exposition the right to the city, the barriers to land ownership, and the insurgencies of everyday life. The actions indicate social change purposes at the same time as the notion of social rights vanishes. Practices are established over time, forming social bonds in an ambiguous relationship of conformism and resistance.

Keywords: Urban occupations. Conformism. Resistance. Right to the city.

INTRUDUÇÃO

Se na década de 1970, as lutas populares eram voltadas às melhorias de bairros, instalação de equipamentos sociais e na garantia de direitos, atualmente com a cidade pensada por projetos, dentro de uma perspectiva neoliberal tem-se ampliado o desmonte das políticas públicas e a consequente perda da noção de direitos. Tudo isso atinge, em especial, as periferias, em que “as ideias estão fora do lugar e o lugar está fora das ideias” (Maricato, 2000).

A pandemia de Covid-19 representa uma camada a mais de precariedade, nestes territórios marcados por consecutivas desposseções e pela espoliação urbana (Kowarick, 2000). Somado às complexidades da vida cotidiana - como a violência e o tráfico - há uma constante negociação pelo direito de permanecer no local e até de existir - respeito e dignidade humana. São indeterminações da vida que incidem diretamente nas condições de sobrevivência das pessoas e na manutenção do território ocupado.

É o caso das ocupações urbanas¹ Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida - chamadas aqui de Ocupações da CIC - que se localizam na periferia, na regional² Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Ao refletir sobre os significados de moradia digna para os moradores, Carneiro (2019) aponta que há responsabilização individual dos próprios moradores pelas condições precárias de moradia, sem enxergar a condição social a que foram historicamente submetidos.

Essas áreas foram ocupadas com a colaboração do Movimento Popular por Moradia (MPM) e possuem também um histórico de mobilização e conflituosidade em torno da posse da terra. Entretanto, em uma análise aprofundada, é possível notar uma contradição entre a conformidade na responsabilização individual de demandas básicas e a resistência ao sobreviver cotidianamente e reivindicar melhorias. Essa contradição é o foco do artigo.

Compartilha-se da visão descrita por Vainer (2007), na qual o conflito é inerente à sociedade, e é o meio pelo qual “os grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos coletivos no espaço público – isto é, enquanto sujeitos políticos” (Vainer, 2007, p. 6). Os conflitos, portanto, são uma forma de se reivindicar a cidade que se pretende construir. Este artigo é fruto de uma dissertação que é parte integrante da pesquisa do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba.

¹ Embora a nomenclatura de órgãos oficiais de Curitiba denomine como “ocupação irregular” (IPPUC, 2016), optou-se por nomear tais locais como ocupações urbanas, uma vez que este artigo considera que a irregularidade está na precariedade e na ausência de moradia digna. São terrenos ocupados de forma organizada ou não, a partir da demanda por habitação, e apresentam uma pluralidade em sua organização socioeconômica e urbana.

² Regional é a divisão administrativa de Curitiba. O município possui 10 regionais que abrangem os 75 bairros do município.

Ao analisar o histórico das ocupações da CIC, nota-se que os moradores passaram por momentos críticos, que demonstram insegurança e resistência, como a própria ocupação do terreno, tentativas de remoções, um incêndio que destruiu parte da 29 de março em 2018 e, recentemente, a pandemia de Covid-19. Neste trabalho são destacados estes dois últimos episódios.

Conforme os moradores, o dia do incêndio foi marcado por violência policial nas quatro ocupações da CIC, e terminou nas chamas que destruíram mais de 200 casas na 29 de Março, em dezembro de 2018. Após este momento, diversas entidades externas às ocupações passaram a colaborar com as associações de moradores (Carneiro, 2019).

Com a Covid-19 houve um aprofundamento das desigualdades sociais. Com moradias precárias de dimensões reduzidas e parte das casas sem instalações sanitárias, a doença pode se espalhar mais facilmente. E ainda, com as restrições, muitas pessoas perderam o emprego ou não conseguem ir às ruas trabalhar - e quando conseguem, enfrentam os grandes deslocamentos dentro do transporte público, lotado nos horários de pico.

Estes dois momentos críticos analisados neste artigo, focados na atuação das entidades internas (associações de moradores das ocupações) e externas (rede de apoio e órgãos públicos) às ocupações, podem apontar para formas de experienciar a cidade, bem como revelar a indeterminação da vida. Ressalta-se que existem frentes de solidariedade que fazem parte do cotidiano de diversas entidades (Vieira; Ghibaudi, 2020).

Num território periférico, marcada por tamanha precariedade e desigualdade, como sobreviver frente à indeterminação da vida? Como são capazes de tantas ações coletivas mobilizadoras? Essas ações coletivas vão deste reivindicar o acesso ou falta da política pública, mas também “reconhecimento da diferença” (Fraser, 2006) que mobiliza as lutas em torno da identidade.

A partir disso, o artigo objetiva discutir como as práticas e atuação das entidades externas, associações locais mobilizadas e o poder público contribuem para a reprodução da vida e/ou o direito à cidade. Não se pretende com isso julgar a atuação das entidades individualmente, mas em refletir em que medida essas redes têm colaborado pela garantia da sobrevivência e pelo direito à cidade nas ocupações periféricas da CIC.

O artigo está organizado em três partes. A primeira parte aponta como a periferia é banhada pela indeterminação da vida, nas fronteiras entre o legal e o ilegal. Ao mesmo tempo, as práticas emergentes apontam que os sujeitos do direito à cidade são aqueles que confrontam a ordem estabelecida, com formulações alternativas de cidade, por meio da experimentação e produção. A segunda parte aponta como a produção desigual do espaço urbano periférico da CIC se realiza com camadas consecutivas de despossessão. Mesmo nestes espaços são vistas ações coletivas, insurgências e manifestações que navegam entre situações ambíguas de conformismo e de resistência. Esse movimento é analisado na terceira parte do artigo, por meio das ações coletivas nas

ocupações da CIC. São observadas as práticas das entidades locais, externas e a atuação do Estado em duas situações limites - reconstrução após um incêndio e a pandemia de Covid-19.

A pesquisa delimitou o período de dezembro de 2018 a dezembro de 2020, que abrange estas duas situações. Para isso, foram realizadas 16 entrevistas com atores-chaves escolhidos, agrupados em categorias como: associações de moradores, movimentos sociais, ONGs, academia e órgãos públicos (executores da política habitacional, mandatos de vereadores e defensoria pública) no período entre abril e junho de 2021. Os entrevistados contam suas experiências e histórias nos dois fatos que ocorreram nas ocupações da CIC.

O CONFORMISMO E RESISTÊNCIA NA PERIFERIA

O conceito de espoliação urbana de Lúcio Kowarick, formulado na década de 1970, considerava as diversas destituições que o trabalhador urbano estava submetido e continua atual nas periferias urbanas, mas com novos conteúdos. Para o autor, representa: "somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que são necessários para a reprodução da força de trabalho" (Kowarick, 2000, p. 22). Apesar da periferia não ser o espaço de total desolação como há 40 anos atrás, a "falta", a precariedade e a segregação socioespacial são características presentes nos territórios das ocupações urbanas, convivendo com outros expedientes ainda mais complexos, alguns associados a violência e ao crime.

As contribuições de Agamben (2002), Oliveira e Rizek (2007), Vera Telles (2006, 2007, 2015), fomentam uma nova forma de pensar o mundo social a partir das mutações em curso nas últimas décadas. Os autores apontam para a necessidade de se pensar novas referências e mediações na contemporaneidade, questionando as urgências e incertezas atuais: "Com quais parâmetros pôr em perspectiva e sob perspectiva crítica os novos ordenamentos sociais urdidos nessa virada dos tempos?" (Telles, 2007, p. 195).

A autora afirma que é preciso um novo plano de referências para interpretar a experiência urbana atual. Entre a cidade global e os excluídos, isto é, no "meio" existem "[...] os fios que tecem a tapeçaria do mundo social, as tramas da cidade, e nas quais estão em jogo os sentidos da vida e das formas de vida" (Telles, 2007, p. 198). Telles indica os temas que podem ser destacados para pensar o urbano: "Estado de exceção e a vida nua são noções que compõem um espaço conceitual que circunscreve outra ordem de problemas [...]" (Telles, 2007, p. 201). Dispositivos urbanos e formas de agenciamento, as tramas vividas na margem, a gestão do social pelo Estado, as formas de precarização da vida, a virada desde as quebradas, o empreendedorismo periférico fazem parte das noções da trama complexa da vida social nas cidades.

Telles (2015) demonstra a importância de etnografar os lugares periféricos e os “pontos de fricção” entre o legal e o ilegal, legítimo/ilegítimo, formal/informal, legível/ilegível como espaços de diversos agenciamentos. De um lado a resistência de seus habitantes marcados por essa identificação territorial da ocupação periférica e, de outro, o Estado em seus diversos agenciamentos, com expedientes de tolerância, negociação, dispositivos de controle e repressão. Os modos de ação do Estado nos espaços periféricos da cidade não são os mesmos da cidade formal. O Estado está embebido em práticas diversas relacionadas a jogos de poderes e conflitos locais. Há uma distância concreta entre a lei abstrata, as omissões, as disfuncionalidades e a realidade social. Para além do que falta, do que falha, do que não se completa, ocorre a gestão diferenciada dos ilegalismos na periferia. Estratégias de ocultamento efetivadas pelo Estado nas ações policiais ou nos processos judiciais. Uma trama de visibilizações e invisibilizações, revelações e ocultamentos no modo de ação do Estado nos espaços periféricos da cidade (Telles, 2010, 2015).

Para além do Estado, segundo Telles nos bairros populares, ocorre a multiplicação de entidades e redes:

[...] a proliferação de associações ditas comunitárias, em relações de parceria (ou não) com os poderes públicos, com fundações privadas, com agências multilaterais, tudo isso em interação com miríades de práticas associativas, além da quase onipresença de ONGs vinculadas a circuitos e redes de natureza diversa e extensão variada (Telles, 2010, p. 185).

Atualmente entram em cena a gestão do social e a administração das urgências, com programas sociais ditos de inserção que, no entanto, não garantem os direitos fundamentais. Há um estreitamento da legitimidade dos direitos, as mudanças no mundo do trabalho e a onda neoliberal colocam em xeque as conquistas sociais.

As práticas presentes em meio aos agenciamentos podem indicar conformismo e resistência. Assim como colocado por Chauí (2014) na análise de cultura popular e dominante, esta relação ocorre quando compreende as limitações e imposições de uma classe dominante ou do Estado, ao mesmo tempo que se criam estratégias de enfrentamento.

Para a autora, há uma ambiguidade na qual cabe o conformismo dentro da resistência, e o oposto, a resistência dentro do conformismo. Operando, assim, uma lógica própria que se constitui por meio da ação. E sua análise, ainda, não ocorre de forma dicotômica, mas navega entre situações ambíguas e contraditórias.

A resistência pode ser difusa e pontual, como também vista em ações coletivas. E ocorrem a partir de “práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência” (CHAUI, 2014, p. 57). Embora exista o conformismo acerca das problemáticas urbanas, do que é imposto pelo

agenciamento, a resistência está presente por meio da reinvenção e autoprodução do espaço. São formas de garantir a sobrevivência, de recriar a vida cotidiana em meio às precariedades.

Oliveira (2018) ao analisar a construção teórico-conceitual do direito à cidade diz que essa concepção está em disputa entre os diferentes agentes sociais, organismos, movimentos, ONGs, Estado. Duas destas concepções se alinham às práticas discutidas neste artigo: (i) o Direito à Cidade na Perspectiva de Produção, Fruição, Apropriação e Transformação da Cidade; (ii) Direito à Cidade como Experiência na Cidade.

A primeira concepção reforça a importância do usufruto coletivo da cidade, uso do território, como lugar de expressão de ideias e reivindicação de direitos. E a segunda aponta para a difusão de experiências reportadas ao exercício deste direito, na ação direta na cidade. Experiências do direito ao centro, experiências de luta por moradia, por acesso a serviços básicos, pela participação nas decisões sobre a cidade, pela democratização do espaço público e outras, que permitem a reflexão sobre a existência de um comum abrigado no ideário do direito à cidade, diante das especificidades, diversidades e identidades próprias a cada realidade social. A autora destaca os limites desta análise diante das inúmeras experiências existentes e a diversidade de situações. Segundo a autora:

Interessa, portanto, observar as dimensões do direito à cidade mobilizadas pelos movimentos sociais na ação direta na cidade, nas ocupações, bloqueios, manifestações, marchas etc., ou seja, identificar e discutir os sentidos dessas ações disruptivas no questionamento da lógica hegemônica de produção da cidade e afirmação do direito à cidade (Oliveira, 2018, p. 359).

Considera-se que estas duas concepções auxiliam na compreensão sobre a atuação de grupos mobilizados na periferia, uma vez que foca na atuação – entre práticas, táticas e estratégias, e coloca no horizonte os tipos de cidades que se pretende que existam, de modo que “não há descolamento entre teoria e prática, se recria como conceito na cidade que transforma e transforma-se como conceito na cidade recriada” (Oliveira, 2018, p. 337).

Diante a indeterminação, permanecer vivo, lutando por direitos e justiça social, pode se configurar como uma oposição ao sistema desigual de produção de cidade e uma insurgência frente a forma como as ocupações urbanas são entendidas na cidade. Ao se colocar o direito à cidade como horizonte, com vistas a uma cidade que se pretende construir, se faz resistência na prática da cidade vivida.

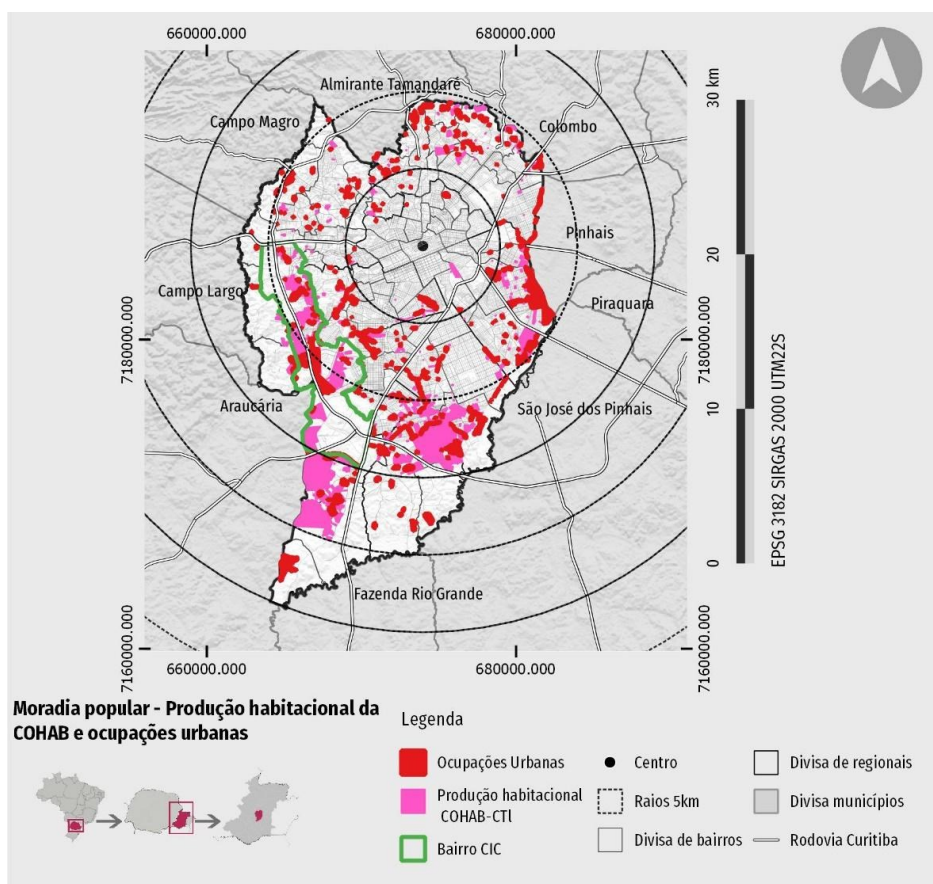
PERIFERIA CURITIBANA: OCUPAÇÕES DA CIC

A produção do espaço urbano de Curitiba ocorreu de modo desigual, priorizando as áreas centrais em termos de qualidade urbana. Nos limites do município, em especial na porção sul e sudoeste, há carência de infraestrutura básica, equipamentos e serviços públicos. Nestas regiões

estão concentradas as menores rendas familiares, bem como a moradia popular - de autoconstrução e de produção pelo Estado (Silva, 2012). Frente às poucas políticas públicas de habitação e sua baixa efetividade em atender a demanda de Curitiba, as pessoas passaram a buscar soluções próprias (LIMA, 2009).

A Figura 1 espacializa a localização de ocupações urbanas de Curitiba e a produção da habitação pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), demonstrando a concentração ao sul e sudoeste. Os números de domicílios precários em ocupações divergem segundo a fonte e possuem pequenas variações de metodologia. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2019) levantou 62.067 domicílios; Nunes da Silva (2012), 59.064; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), 43.525; e a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR, 2019), 42.990³. Em todos os casos, apontam uma densidade maior nas regionais Cajuru e na CIC.

Figura 1 – Moradia popular em Curitiba.

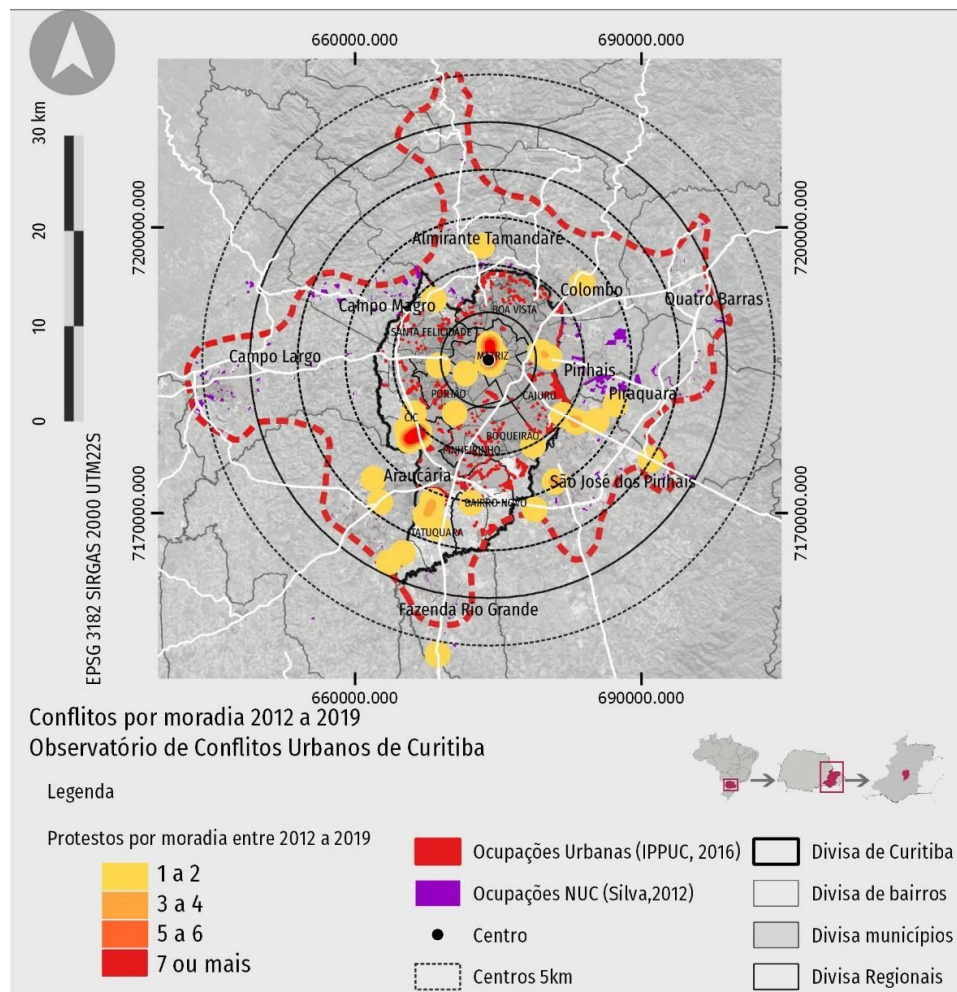


Fonte: Autores (2021), com base em IPPUC (2018; 2019; 2020), IBGE (2010; 2019), DER (2019).

³ Esta análise pode ser encontrada em Polli e De Paula (2023) e De Paula (2021).

O bairro Cidade Industrial de Curitiba, localizado na regional de mesmo nome, foi planejado na década de 1970 para concentrar as indústrias do município, e o local foi se modificando ao longo do tempo. Atualmente concentra parte significativa de moradia popular (Figura 1), seja da produção habitacional da COHAB-CT, seja de ocupações urbanas. É uma área que demanda infraestrutura, e está distante dos serviços ofertados na região central da cidade.

Figura 2 – Conflitos por moradia 2012 a 2019.



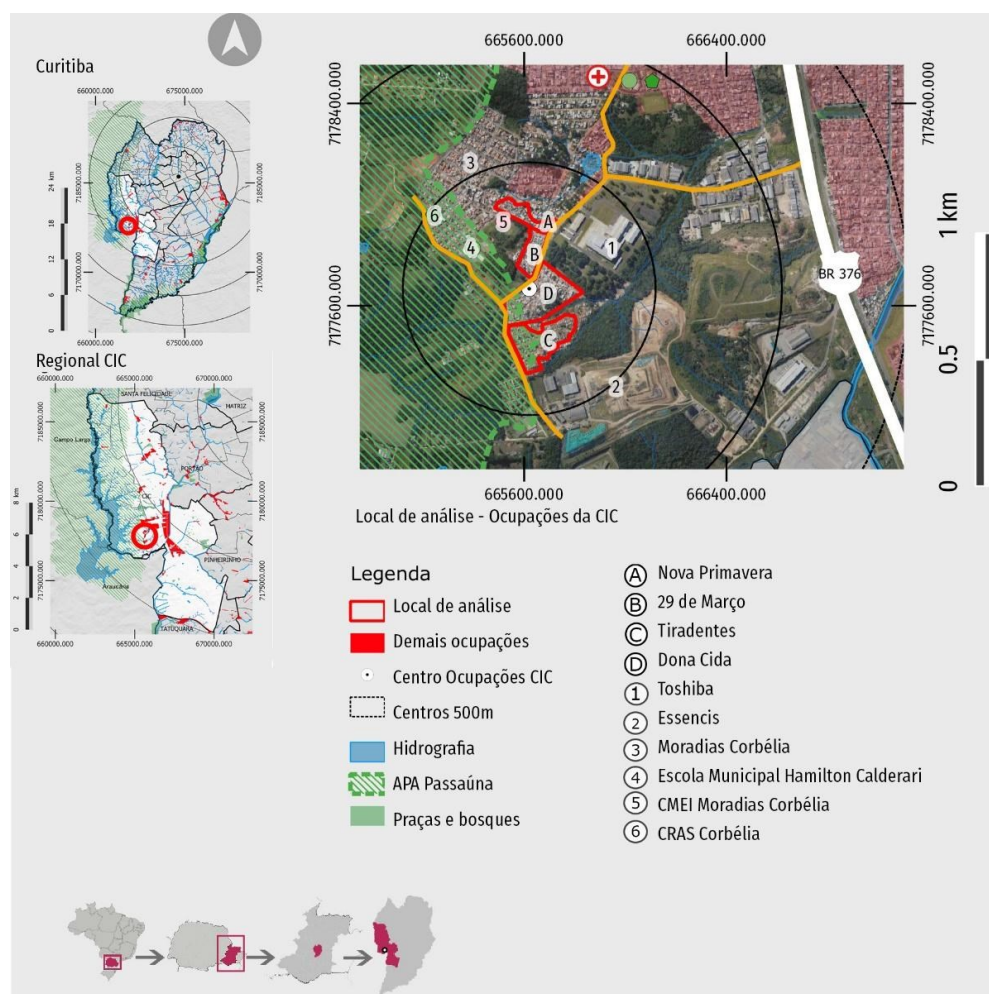
Fonte: Os autores (2021) com base em (Faria et al., 2017; apud Holanda; Polli, 2019).

Por meio do levantamento realizado pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba (Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, 2021), analisam-se os protestos por moradia na metrópole de Curitiba, no período de 2012 e 2019. A Figura 2 apresenta os dados espacializados de onde ocorreram manifestações com a temática de moradia na metrópole de Curitiba, sobrepostos com a localização das ocupações urbanas. Verifica-se que as maiores incidências ocorreram na Regional Centro e também na Regional CIC. Sendo que, a localização da primeira, pode ser explicada

pela proximidade com sedes do Estado, como a prefeitura, e de praças que têm histórico de grandes manifestações, como a Praça Santos Andrade, que dão grande visibilidade ao ato.

Já a concentração de manifestações na Regional CIC está relacionada pela localização das ocupações analisadas neste artigo, que reivindicam o direito à cidade desde o início da ocupação em 2012: Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida. Houve 5 protestos na área das ocupações, além de outros 2 na BR 376, próximo ao local. E ainda há registro de manifestações fora do local de origem do conflito, na região central, próximo a COHAB-CT, Prefeitura e Caixa Econômica Federal. Ainda hoje novos protestos continuam ocorrendo nessas áreas.

Figura 3 – Local de análise – Ocupações da CIC.



Fonte: Os autores (2021) com base em IPPUC (2018;2019), IBGE (2019).

As quatro ocupações ocorrem de maneira contígua no território. Apesar da proximidade, as duas primeiras estão no bairro São Miguel, e as duas últimas no bairro CIC, divididos pela Estrada Velha Barigui, conforme mostrado na Figura 3. Se localizam próximas à BR 370, à produção habitacional da COHAB-CT Moradias Corbélia e à Área de Proteção Ambiental do Passaúna. As

quatro ocupações possuem ações em conjunto, mas ao mesmo tempo, apresentam particularidades, e uma associação de moradores informal em cada uma.

Atualmente, as ocupações da CIC possuem aproximadamente 1.310 domicílios, em uma área de 10,94 hectares (COHAPAR, 2019), resultando em uma densidade de 119,71 domicílios/ha. No Quadro 1 é possível verificar estes números divididos por ocupação.

Quadro 1 – Número de domicílios, Área e Densidade domiciliar das ocupações da CIC.

Ocupação	Domicílios	Área (Hectares)	Densidade domiciliar (domicílios/ha)
Nova Primavera	295	1,29	228,34
29 de Março	280	1,75	160,16
Tiradentes	435	4,14	104,97
Dona Cida	300	3,76	79,81
Total	1310	10,94	119,71

Fonte: Adaptado de (COHAPAR, 2019).

O bairro Centro em Curitiba possui 71,22 domicílios/ha (IPPUC, 2015), região que tradicionalmente é mais dotada de infraestrutura e verticalização. Para o planejamento do município, a densidade da Nova Primavera (228,34 domicílios/hab), por exemplo, equivale a locais considerados como eixos de adensamento, ou ainda, a uma área dotada de infraestrutura condizente com a demanda populacional. Entretanto, o local está distante de centros comerciais e faltam serviços públicos e áreas de lazer (Carneiro, 2019). Esta situação indica reprodução do padrão periférico, com uma precariedade vivida pelos moradores das ocupações, na qual as demandas não são atendidas pelo poder público.

Somado a estes fatores, Carneiro (2019) aponta que a proximidade com o aterro sanitário, da empresa Essencis, é um fator que prejudica as condições de vida das pessoas que moram nestas ocupações e no entorno, promovendo também a desigualdade ambiental.

Além dos poucos equipamentos urbanos próximos às ocupações da CIC, há uma constante ameaça relacionada à permanência no local, com frequentes episódios de tensão com o poder público. São camadas de precariedade que vão se somando. Diversos momentos marcam a insegurança a respeito da permanência nesta área, como tentativas de remoções; incêndio ocorrido na 29 de março e a pandemia de Covid-19. Estes dois últimos são considerados como momentos críticos das ocupações da CIC, e são o foco desta pesquisa. Considera-se que podem exaltar as emergências cotidianas, e iluminar os vínculos sociais estabelecidos nas práticas e estratégias de sobrevivência e luta pelo direito à cidade.

Conforme os moradores, o incêndio foi criminoso devido a uma retaliação após a morte de um policial. Ainda, houve relato de agressões e repressão em todas as quatro ocupações

(Vasconcelos, 2018). A Polícia Militar, por sua vez, negou envolvimento de policiais em coletiva de imprensa logo após o incêndio, e que iriam abrir inquérito (Vasconcelos, 2018). Até o momento, não houve conclusão ou avanços na apuração dos fatos ocorridos.

Não obstante a precariedade em que já viviam, e a falta de políticas públicas efetivas, o incêndio surge como mais uma camada na indeterminação da vida. Os moradores tiveram suas casas e seus pertences destruídos, e assim, precisaram resistir e reivindicar direitos básicos.

O segundo momento crítico é o da pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020 no Brasil. A pesquisa compreende o período até dezembro do mesmo ano. Considera-se que este cenário tem explicitado contradições e o agravamento das desigualdades sociais. E ainda, há uma incerteza sobre o futuro, sendo mais uma camada de precariedade.

Não houve neste período ações efetivas na área social pelo poder público em Curitiba (Moura et al., 2020). A doença, assim, se alastrou para a periferia. Em maio de 2020, o bairro CIC possuía 64,51 casos por 100 mil habitantes. No mês seguinte, houve um aumento de 105,88% (132,81 casos por 100 mil habitantes). Nos bairros centrais, em que há uma maior renda per capita, o aumento de casos foi menor. No batel foi de 41,67%, no Bigorrilho de 62,5%, e no Água Verde de 51,72%.

Assim como no incêndio, notou-se uma mobilização de entidades que atuam nas ocupações da CIC. Somam-se as informações extraídas do Mapa da Solidariedade (PRCONTRACOVID, 2020), pesquisa em grande mídia, mídia local das ocupações e dos atores já identificados que trabalham no local. Com isso, foram identificadas diversas ações pontuais e contínuas de grupos mobilizados que já atuavam, ou passaram atuar no local.

ENTRE O CONFORMISMO E RESISTÊNCIA: ANÁLISE DAS AÇÕES COLETIVAS NAS OCUPAÇÕES DA CIC

A seguir seguem as entrevistas realizadas com pessoas chaves das entidades internas e externas às ocupações da CIC. Para o levantamento das entidades foram utilizadas a base do Observatório de Conflitos Urbanos (Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, 2021), com a complementação de notícias de jornal, e trabalhos acadêmicos. A partir deste material, também se buscou referências de outros meios de divulgação, como sites institucionais.

Com os nomes das entidades externas levantadas, foram categorizadas, de acordo com sua atividade para fins de organização da pesquisa. A partir disso, foram definidos quais atores chave entrevistar de acordo com a colaboração nestes dois momentos, e que representasse ao menos uma entidade de cada categoria. E além disso, também definiu-se a entrevista com lideranças das associações de moradores das ocupações da CIC - conhecidos localmente como coordenadores.

Foram entrevistadas 16 pessoas, sendo seis coordenadores das associações de moradores, e dez de entidades externas: Projeto Ocupações Urbanas (POU) e Plano Emergencial Urbanístico da Comunidade 29 de Março (PLUE), ambos da Academia; Movimento Popular por Moradia (MPM) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de movimentos sociais; duas pessoas da ONG TETO; Instituto de Democracia Popular (IDP) de Institutos; Mandato da Vereadora Professora Josete (PT) do Legislativo; Defensora Pública do Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas da Defensoria Pública do Estado do Paraná; e, uma entrevistada de órgãos públicos de política habitacional e urbana que teve exigência de anonimato. As entrevistas ocorreram entre os meses de abril e junho de 2021, depois de aprovado no comitê de ética. E ainda, os dados levantados são a interpretação dos entrevistados a partir de suas vivências.

De acordo com as entrevistas realizadas, a análise se divide em duas questões chave. A primeira discute sobre o direito à cidade em relação à propriedade da terra e ao acesso pela terra urbanizada. Na segunda, são analisadas as insurgências vividas nas práticas cotidianas, que permitem a criação de vínculos sociais e a garantia da sobrevivência. Ambas as questões são permeadas pela questão do conformismo e resistência.

DIREITO À CIDADE E ACESSO À TERRA URBANIZADA

Tendo como suporte o problema da propriedade da terra, foram selecionados e agrupados os principais aspectos que apareceram nas entrevistas: (i) entraves jurídicos no acesso na posse da terra; (ii) autoprodução da infraestrutura; e, (iii) visibilidade midiática como apoio a legitimação das ocupações da CIC.

Embora o direito à cidade esteja acima do direito de propriedade individual (Harvey, 2014), a propriedade da terra no Brasil tornou-se frequentemente um entrave jurídico para a implementação de políticas públicas e para a efetivação do direito à cidade. E ainda, para as coordenações das associações de moradores entrevistadas, apesar de quase 10 anos de ocupação de terra, não há clareza sobre a situação judicial, devido à morosidade do processo, informações cruzadas e promessas de candidatos políticos.

Em meio às tentativas de despejo, os moradores já se organizaram em protestos (Holanda; Polli, 2019) e possuem a colaboração de entidades externas na resistência. Entretanto, como não há a formalização da associação de moradores, o IDP e a Defensoria Pública relataram que possuem dificuldades de representação jurídica coletiva, o que, por vezes, fragiliza a defesa, e consequentemente a luta contra os processos de reintegração de posse. Há o processo em aberto no Tribunal de Justiça desde o início das ocupações Nova Primavera, Dona Cida e Tiradentes, mas não há sentença que os ameçam de despejo. Mesmo que a 29 de Março, seja área pública não há

perspectivas de uma possível regularização fundiária, concessão para fins de moradia ou usucapião, por exemplo. Essa calma, sem remoções, é considerada como uma vitória coletiva pelas coordenações, uma vez que representa uma preocupação a menos no cotidiano dos moradores. No pós-incêndio, os moradores propuseram rapidamente um Plano Emergencial para assegurar a volta para a área e evitar possíveis remoções.

A prefeitura não abre possibilidades para diferentes formas de acesso à moradia. E ainda, as expectativas dos entrevistados direcionam para a regularização fundiária. Usualmente a moradia é associada à propriedade individual particular, sem estabelecer Zonas Especiais de Interesse Social, aluguel social, desapropriação de terrenos e imóveis vazios, etc. O direito à cidade, desta forma, é fragilizado pelo conformismo, quando não há percepção de um futuro alternativo (Oliveira, 2018), que busca novas formas de acesso à terra.

As coordenações entrevistadas colocam que a regularização fundiária pode trazer infraestrutura para o local. Como há um entrave de propriedade, o Estado não a implementa. Com isso, há uma conformidade em realizar as instalações por meio da autoprodução, ao mesmo tempo que sua lógica reinventa e resiste ao criar condições básicas de sobrevivência. Este é o segundo aspecto de análise.

Embora a companhia de saneamento do município (Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba - SANEPAR) tenha instalado relógios comunitários, não há uma rede formal. A responsabilidade da infraestrutura recai sob os moradores, que contam com o apoio dos movimentos sociais e ONGs.

O último aspecto destacado foi sobre a visibilidade midiática. Por um lado, para uma imagem oficial de Curitiba, não é interessante a existência e divulgação das ocupações. Por outro, como colocado pelas coordenações, é uma forma de não ser esquecido, e assim, dificultar possíveis despejos, e dar legitimação à sua existência. Para as entidades que apoiam, como a TETO, é uma forma de conseguirem mais recursos financeiros e mobilizar voluntários.

Após o incêndio, diversas entidades passaram a atuar no local (Carneiro, 2019), e ocorreu uma grande divulgação por parte da mídia sobre o ocorrido. Embora seja lembrado como algo extremamente revoltante por todos os entrevistados, as coordenações das associações de moradores entrevistadas colocam que o incêndio auxiliou para chamar atenção da existência da ocupação e garantir sua legitimidade.

A indeterminação da vida, a insegurança da posse, a precariedade de infraestrutura e a ausência de políticas efetivas por parte do Estado são alguns dos desafios constantes na vida cotidiana. E ainda, são afetados por grupos que se apropriam da informalidade urbana, como o tráfico de drogas e interesses politiqueros em períodos eleitorais. Os moradores estão expostos à vida nua

(AGAMBEN, 2002), a partir de uma difusão do que é o direito, e como ele ocorre a partir do gerenciamento do Estado (Telles, 2007).

AS INSURGÊNCIAS NO COTIDIANO

A segunda análise faz uma reflexão sobre os vínculos sociais a partir das insurgências no cotidiano. É dividida em três aspectos: (i) integração de moradores nas ações cotidianas; (ii) construção de vínculos de confiança entre as coordenações das ocupações da CIC e entidades; e, (iii) a emergência determinando as ações.

Desde o início das ocupações da CIC, o MPM se preocupou com a integração dos moradores, seja por meio das reivindicações, seja por meio de festas e comemorações. Relatam que é uma forma de buscarem o reconhecimento coletivo. Entretanto, não foram criados muitos espaços comunitários que poderiam auxiliar neste objetivo, como hortas, cozinhas ou sedes. Tais atividades do cotidiano também são importantes para estabelecerem vínculos e o caráter coletivo. Após o incêndio, os moradores construíram a Associação de Moradores 29 de março, onde funciona uma biblioteca e espaço para as crianças.

Além disso, a precariedade da infraestrutura urbana, por vezes, auxilia ou obriga a interação e o entendimento de responsabilidades e deveres. “Sobra” aos moradores o conformismo que o Estado não irá suprir essa demanda, como a resistência de se organizarem na autoprodução do espaço.

Outra questão relacionada à integração e em torno da sobrevivência é a preocupação das coordenações das associações de moradores com as crianças. Colocam a organização festas, eventos, ou mesmo de buscar segurança no local.

O segundo aspecto que se destacou nas entrevistas foram os vínculos estabelecidos entre as coordenações das associações de moradores e entidades externas que atuam nas ocupações da CIC, seja pontual ou de caráter contínuo.

As entidades entrevistadas contêm uma atuação desenvolvida ao longo do tempo junto às coordenações das associações de moradores. Momentos pretéritos aos críticos analisados nesta pesquisa, auxiliam na constituição e fortalecimento de vínculos sociais. Estar de prontidão (MARTINS, 2013) nos casos de emergência indica os vínculos criados ao longo do tempo.

Um exemplo é o MST, que colaborou na organização no início das ocupações devido ao conhecimento sobre organização popular. Em meio ao incêndio, auxiliaram na construção de casas e para fortalecer lideranças. Na pandemia, houve ações solidárias com a doação de alimento, com a conscientização de um trabalho realizado de trabalhador do campo para trabalhador urbano. O IDP e

a Defensoria Pública atuaram nas ordens de despejo, na defesa coletiva, e nos momentos críticos responderam de forma rápida às demandas.

As entidades possuem objetivos, formas de atuação e metodologias distintas. São redes que se multiplicam na periferia para além do Estado (Telles, 2010). E dessa forma, há também uma disputa pelo tempo na gestão social da periferia. São reuniões e ações do movimento social, de ONGs, institutos, etc., que querem colaborar com o local, e não possuem necessariamente uma articulação entre eles. Ocorrendo, muitas vezes, sobreposição de atividades. Ao mesmo tempo, pluralidade passa a ser interessante quando há a intenção do empoderamento político em práticas diversas.

O último aspecto se refere às ações pontuais realizadas pelas entidades. Em meio às emergências cotidianas, e momentos críticos, há uma demanda de decisões rápidas, que podem (ou não) estar vinculadas aos objetivos do direito à cidade e da transformação da realidade local. Desta forma, muitas ações se limitam a pontualidade da emergência. Logo após o incêndio e no início da pandemia, houve um direcionamento a doações de alimentos de forma a garantir a sobrevivência. A TETO e o IDP, por exemplo, focaram nesta doação, e em sequência adaptaram sua forma de atuação: construção de casas e projetos de infraestrutura, e reivindicação de planos emergenciais, respectivamente.

O entendimento destas práticas para os moradores, coordenações e entidades podem ser difusas no cotidiano. Ainda, mesmo que as ações pontuais visem o direito à cidade, podem gerar ou não grandes impactos significativos no cotidiano dos moradores das ocupações da CIC. É um nível de atuação importante, que pode fortalecer vínculos sociais e, ao mesmo tempo, estabelecer projetos com horizontes mais largos. No caso do POU, auxiliam em campanhas de arrecadação de produtos ao mesmo tempo que possuem um projeto de educação popular no local.

De forma geral, a Prefeitura de Curitiba se mostrou pouco atuante nos dois momentos críticos. Após o incêndio, houve um auxílio moradia para poucas famílias que não compensava o valor da perda. Na pandemia, não houve um plano emergencial de assistência social que desse conta das demandas.

As entidades entrevistadas compreendem que sua atuação possui limitações, como o caso da vereadora e da defensora pública. São ações pontuais que devido à alta demanda em seu trabalho se limitam em buscar respostas às reivindicações. Desta forma, não conseguem atuar de forma contínua. Mesmo que seja fragmentado, buscam um horizonte de emancipação política e direito à cidade.

A conformidade está presente nas limitações e contradições de cada entidade. Compreender isso, pode auxiliar em formas de superá-las ou contorná-las. E assim, persistir e resistir. A resistência, também presente nas estratégias cotidianas, se realiza nas ações de solidariedade, na busca por uma vida digna e no horizonte da transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, objetivou-se discutir como entidades contribuem para a reprodução da vida e/ou direito à cidade, de modo a refletir em que medida as redes constituídas têm colaborado na garantia desse direito e/ou na sobrevivência na periferia, com o foco nas ocupações da CIC, em Curitiba.

Ambos os momentos críticos, pandemia e incêndio, evidenciam a indeterminação da vida: para as pessoas que já viviam em situação espoliativa são acrescidas novas camadas de precariedade. No incêndio, perdem suas casas, documentos e não há resultados da investigação que promova a responsabilização dos danos. Como vivem na informalidade, a lei e os direitos fundamentais são exercidos de forma arbitrária (Maricato, 2000). Na pandemia houve um aprofundamento das desigualdades. A doença pode se espalhar mais facilmente quando há moradia precária e falta de rede de saneamento.

Após o incêndio, houve um aumento da mobilização de entidades externas interessadas em colaborar com as ocupações da CIC. Ao mesmo tempo que a solidariedade se destaca, cabe ressaltar que há contradições internas. Ocorreram desarticulações entre as coordenações das associações de moradores e as entidades, com trabalhos pontuais que não visavam continuidade e que por vezes fragilizaram a organização.

Tais momentos críticos auxiliam na compreensão das ações coletivas, uma vez que ajudam a explicitar as práticas e as emergências do cotidiano. E ainda, demonstram a importância de momentos pretéritos para a constituição de vínculos sociais, e assim, estarem de prontidão (Martins, 2013) em meio às urgências.

Em meio a conformidade de que o Estado não irá atender demandas básicas de moradia e de infraestrutura, os moradores periféricos autoproduzem seu bairro, sua infraestrutura, sua sobrevivência. Por um lado, a indeterminação da vida, o esvaziamento da noção de direitos sociais, por outro, a resistência na sobrevivência diária e as lutas coletivas de longo prazo. São contradições que revelam a ambiguidade do conformismo e resistência das práticas e estratégias da periferia.

E ainda, esta relação é evidenciada também pelos conflitos urbanos. São formas de evidenciar a defesa de territórios populares (Tanaka, 2017), e por vezes, não possuem continuidade no tempo, nem grandes resoluções devido à morosidade de políticas públicas. Isso pode reduzir a mobilização social e o engajamento em torno das lutas cotidianas.

É o caso das ocupações da CIC. O histórico de protestos demonstra uma intensidade maior quando havia o horizonte de concretização do Programa Minha Casa Minha Vida. Quando cessa esta possibilidade, há uma desmobilização em torno das reivindicações relacionadas à moradia. Por outro lado, ainda há resistência pela permanência no local, e pelas demandas de infraestrutura e serviços

básicos, sobrando tais responsabilidades aos moradores. E ainda, resistem ao manter uma certa organização popular num período de tantos retrocessos sociais.

Ao avaliar os vínculos sociais, percebe-se que as entidades externas já possuíam atuação nas ocupações da CIC em outros momentos anteriores aos críticos analisados na pesquisa. Por vezes de modo permanente como o MPM, ou pontual como a Defensoria Pública ou a Vereadora. E ainda, podem ser difusas ao longo do tempo. O MST colaborou com a experiência da organização popular, e em outros momentos, embora não esteja permanentemente no território. O POU depende da disponibilidade de alunos e professores.

Buscou-se as potencialidades ao mesmo tempo em que se compreende as limitações. São relações dialéticas de conformismo e resistência, de forma que se navega “entre” os dois sentidos. Em meio a conformidade, há uma resistência que visa a legitimação da ocupação, e a manutenção da organização popular. A reconstrução após o incêndio da 29 de Março indica resistências ambíguas. As entidades supriram de modo temporário a falta do Estado em atender a emergência da perda da moradia e de todos os pertences pessoais. Na pandemia, doações pontuais de alimentos e produtos de higiene podem colaborar com a sobrevivência diária. Nesses casos, além da doação em si, há uma consciência política envolvida, a solidariedade de classe se revela, e pode reforçar e animar novos processos de resistência na periferia.

Em meio a tantas camadas de precariedade, ao esvaziamento de direitos como ao ambiente saudável, à segurança, à infraestrutura urbana e à moradia, resistir e continuar as lutas urbanas cotidianas não é uma tarefa fácil. Por meio das entrevistas, foi possível notar insurgências que visam a transformação do local que coexistem com práticas que buscam a garantia da sobrevivência. Mesmo que as lutas muitas vezes se limitem ao processo jurídico ou à sobrevivência diária, há potencialidade nestas práticas. Elas tensionam o status quo, bem como podem ser condutoras de transformações mais amplas pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O poder soberano e a vida nua**. 1 ed. (tra ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CARNEIRO, P. B. **Representações sociais sobre o direito à cidade e à habitação: um olhar da periferia**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CHAUÍ, M. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. In: SANTIAGO, H. (Ed.). **Conformismo e resistência**. Works. 1 ed. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Autêntica Editora: p. 15–147, 2014.

COHAPAR. **Sistema de informações sobre necessidades habitacionais do Paraná - SISPEHIS.**

2019. Disponível em:

<<https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/listaFormMunicipio.php>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

DE PAULA, A. L. **Olhar a cidade a partir da Habitação Social: Plano de ZEIS para Curitiba.** 146f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

DER. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ. **Malha Rodoviária,** 2019.

Disponível em <<http://www.der.pr.gov.br/Pagina/Malha-Rodoviaria>>. Acesso em 8 jul. 2020.

FARIA, J. R. V. DE et al. Protestos por Moradia e Política de Habitação em Curitiba: lutas por regularização fundiária e produção habitacional. In: Encontro Nacional da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. XVII, 2017. **Anais...** São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2048>>. Acesso em: 30 set. 2019.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista".

Cadernos De Campo (São Paulo - 1991). São Paulo, 2006, p. 231-239. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>>.

HARVEY, D. Cidades Rebeldes: Do direito à Cidade à revolução urbana. São Paulo: MARTINS, 2014.

HOLANDA, A.; POLLI, S. A. Movimento Social e Política Pública: Conflitos e lutas por moradia. In:

POLLI, S. A. et al. (Eds.). **Conflitos urbanos em Curitiba.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 199.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas digitais.** 2019. Disponível em <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>> acesso em 5 mai. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados Subnormais 2019 - Resultados Preliminares.** 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em 15 mai. 2020.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Dados Geográficos. **Divisa de Regionais. Divisa de Bairros.** Curitiba, 2018. Disponível em:

<<https://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em 6 fev 2024.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Dados Geográficos. **Ocupações irregulares.** Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em 5 ago. 2020.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Dados Geográficos. Sistema Viário.** Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em 5 ago. 2020.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Nosso bairro.** Curitiba, 2015.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba. **Produção Habitacional.** [Mensagem pessoal] recebida por <autora@gmail.com> 4 nov. 2020.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIMA, P. R. DE. O planejamento e a gestão urbana gerando risco: acidentes de trânsito no bairro CIC - Cidade Industrial de Curitiba entre 2005 e 2008 2009. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. et al (eds), **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

MARTINS, J. de S. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, Aracaju, v. 1, n. ju/dez. 2013, p. 13-48, 2013. DOI: 10.20336/rbs.41.

MOURA, R. et al. A evolução tardia da Covid-19 na Região Metropolitana de Curitiba. In RIBEIRO, L. C de Q. (Ed), **As metrópoles e a Covid-19: Dossiê Nacional**. Curitiba: INCT Observatório das Metrópoles, 2020, p. 96-140.

Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba. **Conflitos Curitiba**. Curitiba, 2021. Disponível em: <<http://conflitoscuritiba.blog.br/>>. Acesso em: 07 de novembro de 2021.

OLIVEIRA, F. De. Política numa era de indeterminação. In: OLIVEIRA, F. DE; RIZEK, C. S. (Eds.), **A era da indeterminação**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-48.

OLIVEIRA, L. S. V. **Práxis de Política Urbana no Brasil: Movimentos e Articulações Nacionais e Internacionais na Construção do Direito à Cidade**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

POLLI, S. A. et al. A experiência do mapa da solidariedade frente à desigualdade em tempos de pandemia. **Revista Tecnologia e Sociedade**, 16 (43), 2020, p. 21-32. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.3895/rtss.v16n43.12381>> Acesso em 7 nov. 2021.

POLLI, S. A.; DE PAULA, A. L. A experiência das ZEIS em Curitiba: plataforma de direitos? **Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU**, Belo Horizonte: Fórum, v. 9, n. 16, p. 357-385, 2023. DOI: 10.55663/RBDU.v09.i16-ART14. Disponível em: <https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/842>. Acesso em: 6 fev. 2024.

PRCONTRACOVID. **Paraná contra COVID**. 2020. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/prcontracovid>>. Acesso em: 7 ago. 2020.

SILVA, M. N. DA. A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

TANAKA, G. M. M. "PLANEJAR PARA LUTAR E LUTAR PARA PLANEJAR": Possibilidades e Limites do Planejamento Alternativo (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TELLES, V. da S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2010.

TELLES, V. DA S. DIREITOS SOCIAIS: AFINAL DO QUE SE TRATA? **Revista USP**, v. 37, p. 34-45, maio 1998.

TELLES, V. da S. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. In: Birman, P. et al (orgs). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. São Paulo: FGV Editora, 2015, p. 55-77.

TELLES, V. da S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Revista de Sociologia da USP**. 18(1), p. 173-195. São Paulo, 2006.

TELLES, V. da S. Transitando na linha da sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA, F. DE; RIZEK, C. S. (Eds.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 195-220.

VAINER, C. Palestra do Prof. Titular Carlos Vainer no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. **Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos**. 2007. Disponível em:

<<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

VASCONCELOS, F. Ocupação 29 de março: cenas de guerra e indignação. **Brasil de fato Paraná**. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2018/12/08/ocupacao-29-de-marco-cenas-de-guerra-e-indignacao>>. Acesso em: 6 de agosto de 2020.

VIEIRA, F. B.; GHIBAUDI, J. W. Solidariedade como instrumento da luta política: reflexões a partir das resistências populares na Argentina e no Brasil em tempos de pandemia. In: ALMICO, R. De C. Da S. et al (Eds.). **Na saúde e na doença: história, crises e epidemias: reflexões da história econômica na época da covid-19**. 1 ed.. São Paulo: Hucitec, 2020, p. 283-297.

Dados de autoria

Aline Sanches

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU USP. Mestre em Planejamento e Governança Pública (2021), na linha de pesquisa Planejamento e Políticas Públicas, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, em Curitiba. É graduada em Arquitetura e Urbanismo (2017), pela mesma universidade, com sanduíche na Università RomaTre em Architettura e Urbanistica (2014). Trabalhou na Gerência de Programas e Projetos na Prefeitura de Rio Branco do Sul, no desenvolvimento de planos e projeto voltados à habitação popular (2023). Atuou como Coordenadora Voluntária de Desenvolvimento de Habitat em 2018 e Gestão Comunitária em 2019 na Ong TETO. Atualmente pesquisa planejamento popular e conflitual. E-mail: arq.asanches@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0612-6806>

Simone Polli

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ/IPPUR (2010); Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ/IPPUR (2006); graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (1997). Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo (2011) e do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública (2014) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Cidades, Planejamento e Gestão. É agente titular da Câmara Técnica de Arquitetura Paisagística do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU-PR) e membro da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP). Participou como sócia da Ambiens Sociedade Cooperativa. Tem 18 anos de experiência com trabalhos técnicos na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase nos seguintes temas: habitação, paisagismo, conflitos, meio ambiente, urbanismo e planejamento urbano. E-mail: simonep@professores.utfpr.edu.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9673-592X>

Carolina Gama

Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2015-). Foi voluntária e bolsista da Fundação Araucária em Iniciação Científica no Laboratório de Urbanismo e Paisagismo da UTFPR, vinculado ao grupo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico "Cidades, Planejamento e Gestão", na linha de pesquisa Conflitos Urbanos em Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba. E-mail: urbanismo.gama@gmail.com